



Estado de Mato Grosso do Sul
Câmara Municipal de Porto Murtinho
P A R E C E R

Processo nº 011/2022

De Ofício: Mesa Diretora da Câmara Municipal

Projeto de Lei Complementar nº 002/2022

Autoria: Poder Executivo

Projeto de Lei Complementar. Autorização Legislativa. Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 058, de 12 de dezembro de 2019 e dá outras providências. Requisitos legais. Constitucionalidade solicitada no parecer jurídico.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Porto Murtinho encaminha para deliberação dos seus pares o a proposta do Projeto de Lei Complementar nº 002/2022 em epígrafe que dispõe sobre: "*Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 058, de 12 de dezembro de 2019 e dá outras providências*".

O Projeto de Lei Complementar não apresentou justificativa. No ofício que acompanha o referido projeto, fora solicitado em REGIME DE URGÊNCIA.

Em síntese, é o relatório.

Inicialmente, impõe-se trazer à baila as normas instituídas na Lei Orgânica Municipal, no Capítulo V, destinado à Assistência Social, vejamos:

Art. 182. A ação do Município no campo da assistência social objetivará promover:

I – a integração do indivíduo ao mercado de trabalho e ao meio social;

II – amparo a velhice, à criança abandonada e ao desajustado;

III – a integração das comunidades carentes.

Impõe-se trazer à baila as normas instituídas na Lei Orgânica Municipal, na Seção VI, Subseção II, ênfase para o inciso IV do Art. 48, senão vejamos:

"**Art. 48** – São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham sobre:



Estado de Mato Grosso do Sul
Câmara Municipal de Porto Murtinho

- I – criação, extinção ou transformação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica;
- II – fixação ou aumento de remuneração dos servidores;
- III – regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria dos servidores;
- IV – matéria tributária e orçamentária, organização administrativa e serviços públicos;
- V – criação, estruturação e atribuições de órgãos da administração pública municipal;
- VI – concessão de subvenção ou auxílio, ou que, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública ou diminuam a receita;
- VII – matéria típica de administração, dependente de autorização legislativa." (grifos)

No tocante a elaboração do Projeto de Lei, sob o rito ordinário, impõe-se caso seja outro o entendimento dos Nobres Vereadores sua adequação com a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Nos termos do art. 6º, da Lei Complementar nº 95/1998, o preâmbulo indicará o órgão ou instituição competente para a prática do ato e sua base legal. Desse modo, pode-se afirmar que o preâmbulo, ante a indicação da base legal para a prática do ato, bem como a declaração solene da existência da lei, merece corrigenda, mas tão somente na adequação ao comando supramencionado.

A base legal para a prática do ato, no caso, está elencada no inciso VI, do art. 84, da Lei Orgânica de Porto Murtinho, assim redigidos:

"Art. 84 - Compete privativamente ao Prefeito:

I – [...]

VI – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara e expedir regulamentos para sua fiel execução;

[.....]." (grifos)

Sobre a promulgação, HELY LOPES MEIRELLES leciona:

"A *promulgação* é a declaração solene da existência da lei, pelo chefe do Executivo ou pelo presidente da Câmara (no caso de sanção tácita ou de veto rejeitado), que a incorpora ao Direito Positivo, como norma jurídica eficaz, porém ainda não operante, pois que a norma só entra em vigência na data indicada na sua publicação (TJSP, RDA 38/323; RT 141/138). Desde a promulgação a lei não pode mais ser retirada do mundo jurídico, senão através de revogação por outra lei. A promulgação exige sempre manifestação expressa, diversamente da *sanção*, que pode ser tácita, isto é, presumida do silêncio do Executivo" (in Direito Municipal Brasileiro, Malheiros Editores, São Paulo, 2000, 11ª edição, p. 562).

Do magistério de OSVALDO ARANHA BANDEIRA DE MELO colhe-se o seguinte conceito de promulgação:

Heley



**Estado de Mato Grosso do Sul
Câmara Municipal de Porto Murtinho**

“A promulgação é o ato pelo qual o Executivo autentica a lei, isto é, atesta a sua existência ordenando-lhe a aplicação e consequentemente cumprimento, por parte de terceiros” (*in* Principios Gerais de Direito Administrativo, Forense, v. I, p. 235).

Sugere-se, através de emenda, que o preâmbulo seja assim grafado:

O Prefeito Municipal de Porto Murtinho, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, VI, da Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Sugestão da redação do art. 5º:

"Art. 5º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação."

Pois bem, indubitavelmente, o Projeto de Lei Complementar em comento encontra suporte fático na Lei Orgânica de Porto Murtinho, não havendo óbice para a sua tramitação.

É o parecer que submetemos a apreciação das comissões parlamentares.

Porto Murtinho/MS, 29 de Março de 2022.

Katiana Alves Corrêa

OAB/MS nº 22.788

Diretora Jurídica